

# Superior Tribunal de Justiça

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.845.735 - RS (2019/0323368-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**RECORRENTE** : **OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**  
**ADVOGADOS** : **RAFAEL CORREA DE BARROS BERTHOLD - RS062120**  
**RICARDO DE OLIVEIRA SILVA FILHO E OUTRO(S) - RS064834**  
**ROBERTA DE OLIVEIRA SILVA - RS082560**  
**CAROLINA LONGHI DESESSARDS - RS087854**  
**GABRIELE LOPES SILVEIRA - RS099922**  
**PAOLA GRAVÍ DE AVILA - RS105253**  
**RECORRIDO** : **HELENA BEATRIZ NEHER COWARD**  
**ADVOGADOS** : **MÁRCIO MAZZOLA SILVA E OUTRO(S) - RS057206**  
**JÚLIO CÉSAR DOVIZINSKI - RS057067**

## EMENTA

RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. ALEGAÇÃO GENÉRICA A DISPOSITIVOS ALEGADOS COMO VIOLADOS. SÚMULA 284 DO STF. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. DIVIDENDOS VINCENDOS. VENCIMENTO DE CADA PRESTAÇÃO. PRECEDENTE ESPECÍFICO DA TERCEIRA TURMA. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.

## DECISÃO

Trata-se de recurso especial apresentado por Oi S.A. - em recuperação judicial, com base no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, desafiando acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 512):

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA.

Ação de direito pessoal, decorrente de descumprimento de contrato. Prescrição vintenária no caso concreto, considerando a data de integralização do contrato e as regras de transição do novo Código Civil.

Por outro lado, nos termos do art. 1.013, § 4º, do CPC/2015, quando reformar sentença que reconheça a decadência ou a prescrição o tribunal, se possível, julgará o mérito, examinando as demais questões, sem determinar o retorno do processo ao juízo de primeiro grau.

AÇÕES DA BRASIL TELECOM. A conduta da ré em subscrever as ações a seu tala te, desconsiderando período de inflação, forte variação cambial e sabida instabilidade econômica do país, ensejando prejuízos aos contratantes, é violadora da cláusula-geral da boa-fé ínsita a todo e qualquer contrato. A cláusula geral contida no art. 422 do novo Código Civil impõe ao juiz interpretar e quando necessário,

# *Superior Tribunal de Justiça*

suprir e corrigir o contrato segundo a boa-fé objetiva, entendida como exigência de comportamento leal dos contratantes. Ce a a obrigação de subscrever ações de acordo c m o valor patrimonial vigente no mês da integralização do contrato de participação financeira, consoante jurisprudência do STJ.

Conversão da obrigação de fazer em perdas e danos. Hipótese dos autos em que há ações a ser complementadas.

**AÇÕES DA CRT CELULAR.** Devida a indenização pelas ações da telefonia celular decorrência da cisão parcial da CRT, devendo o alor patrimonial da ação ser fixado no mês da integralização, com base em balancete mensal a ele correspondente.

**DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO.**

Faz jus a parte autora aos dividendos das ações não subscritas, como parcela do lucro líquido das empresas de telefonia móvel e fixa relativa a cada ação ou cota de ações formadora d seu capital, com correção pelo IGP-M desde quando devidos e com juros de mora de 1% ao mês desde a citação.

**DERAM PROVIMENTO À APELAÇÃO. UNÂNIME.**

Os embargos de declaração foram parcialmente acolhidos (e-STJ, fls. 346-352).

Nas razões do recurso especial (e-STJ, fls. 356-375), a recorrente alega violação aos arts. 85, § 2º, 917, § 2º, e 1.022, II, do Código de Processo Civil de 2015; e 389 e 884 do Código Civil.

Sustenta que, apesar da oposição de embargos de declaração, o Tribunal de origem se manteve omissa em relação às matérias relativas a grupamentos acionários, parcelas vincendas, termo final, cotação da data do trânsito em julgado e deflação, além do pedido de prequestionamento dos arts. 917, § 2º, I, 85, § 2º, do CPC/2015; e 389 e 884 do Código Civil.

Pondera que "o critério a ser utilizado na conversão das ações CRT e Celular CRT, é o do valor da cotação apurado na data do trânsito em julgado" (e-STJ, fl. 363).

Defende que os juros de mora são devidos a contar da citação, salvo em relação às parcelas vincendas, quando o critério para a aplicação dos juros deverá ser decrescente, contados a partir do vencimento de cada prestação.

As contrarrazões foram apresentadas às fls. 383-390 (e-STJ).

Juízo positivo de admissibilidade (e-STJ, fls. 392-401).

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brevemente relatado, decido.

De início, é importante salientar que o presente recurso foi interposto contra decisão publicada já na vigência do Novo Código de Processo Civil, de maneira que é aplicável ao caso o Enunciado Administrativo n. 3 do Plenário do STJ, segundo o qual: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Consoante análise dos autos, a alegação de violação ao art. 1.022 do CPC/2015 não se sustenta, uma vez que o Tribunal de origem examinou, de forma fundamentada, todas as questões submetidas à apreciação judicial na medida necessária para o deslinde da controvérsia, ainda que tenha decidido em sentido contrário à pretensão da recorrente.

Ademais, o órgão julgador não está obrigado a responder todos os questionamentos das partes, mas apenas a declinar as razões de seu convencimento motivado, situação que de fato ocorre nos autos.

Quanto aos arts. 85, § 2º, 917, § 2º, do Código de Processo Civil, verifica-se que a recorrente limitou-se a sustentar que houve a afronta aos citados dispositivos legais, não tendo detalhado, de forma clara e precisa, de que maneira o acórdão recorrido os teria violado.

Importa ponderar que o recurso especial é reclamo de natureza vinculada e, para o seu cabimento, inclusive quando apontado o dissídio jurisprudencial, é imprescindível que se demonstrem de forma clara os dispositivos apontados como malferidos pela decisão recorrida, sob pena de inadmissão.

Desse modo, impõe-se a incidência do entendimento jurisprudencial expresso no enunciado n. 284 da Súmula do STF, aplicado reiteradamente também no juízo de admissibilidade do recurso especial por esta Casa.

No mais, em relação ao termo inicial dos juros de mora sobre as parcelas vincendas dos dividendos, a insurgência merece prosperar.

# *Superior Tribunal de Justiça*

De fato, verifica-se que o Tribunal estadual decidiu em desconformidade com a orientação desta Terceira Turma, a qual possui entendimento no sentido de que, nos contratos de participação financeira firmados com empresas de telefonia, apesar de os juros de mora sobre dividendos devidos incidirem, em regra, a partir da citação, as parcelas devidas desde o período compreendido entre a data da citação e a do trânsito em julgado (denominadas vincendas) devem observar as datas dos respectivos vencimentos para que se inicie o cômputo dos juros de mora, pois é desse momento em diante que elas passam a ser exigíveis.

Confira-se, a propósito, o seguinte precedente:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. SUPRIMENTO. CARÁTER INFRINGENTE. POSSIBILIDADE. EXCEPCIONALIDADE. RECURSO ESPECIAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. DIVIDENDOS. JUROS MORATÓRIOS. PARCELAS VINCENDAS. TERMO INICIAL. VENCIMENTO.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).
2. Os embargos de declaração são cabíveis para suprir omissão do acórdão.
3. Admite-se que os embargos, ordinariamente integrativos, tenham efeitos infringentes desde que constatada a presença de um dos vícios do art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, cuja correção importe alterar a conclusão do julgado.
4. Nos contratos de participação financeira firmados com empresas de telefonia, os juros de mora sobre os dividendos incidem, em regra, a partir da citação. Precedente da Segunda Seção.
5. As parcelas devidas a partir do período compreendido entre a data da citação e a do trânsito em julgado (denominadas vincendas) devem observar as datas dos respectivos vencimentos para que se inicie o cômputo dos juros de mora, pois é desse momento em diante que elas passam a ser exigíveis.
6. Embargos de declaração acolhidos, com efeitos infringentes. (EDcl nos EDcl no AgInt no AREsp 1.190.778/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, j. 14/10/2019, DJe 16/10/2019)

Nessa mesma linha:

RECURSO ESPECIAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.

# *Superior Tribunal de Justiça*

AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. DIVIDENDOS. JUROS MORATÓRIOS. PARCELAS VINCENDAS. TERMO INICIAL. VENCIMENTO.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. Cinge-se a controvérsia a definir o termo inicial dos juros moratórios relativamente às parcelas vincendas.

3. Nos contratos de participação financeira firmados com empresas de telefonia, os juros de mora sobre os dividendos incidem, em regra, a partir da citação. Precedente da Segunda Seção.

4. As parcelas devidas a partir do período compreendido entre a data da citação e a do trânsito em julgado (denominadas vincendas) devem observar as datas dos respectivos vencimentos para que se inicie o cômputo dos juros de mora, pois é desse momento em diante que elas passam a ser exigíveis.

5. Recurso especial provido para determinar que a incidência dos juros de mora sobre as parcelas que se tornarem devidas a partir do período compreendido entre a data da citação e a do trânsito em julgado da fase de conhecimento tenha como termo inicial o vencimento da respectiva parcela.

(REsp 1.601.739/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 09/04/2019, DJe 12/04/2019)

Ante o exposto, dou parcial provimento ao recurso especial a fim de determinar que a incidência dos juros de mora sobre as parcelas de dividendos que se tornaram devidas após a citação (vincendas) tenha como termo inicial o vencimento de cada respectiva parcela.

Publique-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator